



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140914 - SP (2021/0003115-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : IVANEI FERNANDES ZACHARIAS (PRESO)
ADVOGADO : ANTÔNIO ALEXANDRE DANTAS DE SOUZA - SP318509
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : MICHAEL MENDES DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por IVANEI FERNANDES ZACHARIAS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2196655-13.2020.8.26.0000).

O recorrente foi preso preventivamente como incurso, em tese, no crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006).

Alega ausência de negativa de autoria ou participação no crime, bem como ausência dos requisitos legais para a prisão cautelar, em especial pelo risco à própria saúde em virtude da possibilidade de contágio nos presídios em decorrência da pandemia da covid-19.

Requer a concessão da ordem de *habeas corpus* para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente, expedindo o competente contra mandado ou alvará de soltura. Ao final, pede seja concedida a ordem de *habeas corpus*, decretando-se a imediata soltura e tornando-se definitiva a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão recorrida está devidamente fundamentada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente